

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.954 - BA (2019/0166224-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : J O DA S (PRESO)
ADVOGADO : MARIA CLARA SILVEIRA AMORIM E OUTRO(S) - BA059642
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por J O DA S contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no julgamento do HC n. 8027177-55.2018.8.05.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente por ter, em tese, cometido o delito previsto no art. 217-A c/c o art. 226, inciso II, c/c o art. 71, todos do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal, sendo descabida a alegação de que o recorrente teria empreendido fuga em razão da decretação de prisão preventiva em outro processo, uma vez que "*não tinha conhecimento da decretação de prisão preventiva, sendo apontado como foragido unicamente por não ter sido encontrado*" (e-STJ fl. 301).

Argumenta, outrossim, a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra preso há mais de 143 (cento e quarenta e três) dias, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado excesso de prazo de sua custódia cautelar.

Requer o provimento do recurso para que seja revogada a segregatória preventiva do recorrente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada a J O DA S, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ, fls. 268-270):

[...]

04 - Em relação ao *periculum libertatis*, destaca o *modus operandi* e a reiteração delitiva do Paciente, registrando que "O representado, segundo o encarte, teria abusado sexualmente da vítima [...], sua filha menor, quando a

mesma tinha apenas 07 (sete) anos de idade, em diversas oportunidades, tendo iniciado a prática de conjunções carnavais quando ela contava com 13 (treze) anos de idade."

05 - Consta ainda da decisão que "Tal estado de violência permanente e crescente, teria resultado no agravamento de problemas de saúde mental da vítima, o que torna ainda mais aviltante a situação de violência retratada."

06 - Com essas considerações, a Decisão conclui que há "fundamento para o receio sustentado na peça ministerial, vez que a estratégia poderia ser repetida com a outra filha do representado, irmã da ofendida, mais nova que ela, caso tornasse a conviver com a referida ou outra pessoa, oferecendo, por tal razão, sensível risco a ordem pública."

07 - Imperioso registrar, ainda, que, além da Decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente, acima analisada, consta dos autos deste Habeas Corpus a Decisão posterior que indeferiu o pedido de revogação da cautelar extrema (fls. 95/97 - documento 2397638).

08 - A Decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva reitera os fundamentos que ensejaram a sua decretação e, ainda, acrescenta que "há informação nos autos de que o denunciado se encontrava foragido, já por conta de uma decretação de segregação cautelar em outro processo desta Comarca (páginas 98/100), o que toma perfeitamente razoável a utilização do fundamento de risco a aplicação da lei penal (...)"

09 - A prisão preventiva do Paciente, portanto, está lastreada em prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes da sua autoria, bem como na demonstração concreta da necessidade de garantia da ordem pública e de assegurar a aplicação da lei penal.

10 - Imperioso anotar, também, que o pressuposto estabelecido no art. 313 do Código de Processo Penal está atendido, visto que a pena máxima do crime atribuído ao Paciente ultrapassa a 04 (quatro) de restrição de liberdade.

11 - Ainda analisando a legalidade da prisão preventiva do paciente, é importante anotar que a alegação de que ele possui qualidades pessoais favoráveis não impede a decretação da restrição cautelar da sua liberdade. Aliás, possuir bons antecedentes e outras qualidades pessoais constitui uma obrigação do cidadão, e não uma vantagem que o torna imune às medidas cautelares legalmente previstas.

[...]

14 - De igual modo, não merece acolhimento a alegação de excesso de prazo na tramitação do feito.

15 - Conforme consta dos informes prestados pela

Autoridade apontada como coatora (documento 2459353), a prisão preventiva do Paciente foi decretada em 24/09/2018, em Decisão posterior ao recebimento da Denúncia, após requerimento do Ministério Público. A ordem de prisão foi cumprida em 23/10/2018, o Paciente foi citado e apresentou resposta à acusação, contendo pedido de revogação da cautelar imposta.

16 - Ainda segundo consta dos informes, em Decisão lavrada em 21/11/2018, o Juízo impetrado manteve a custódia preventiva do Paciente e redesignou a audiência de instrução para o dia 11/02/2019.

17 - Das informações prestadas pela Autoridade apontada como coatora, portanto, extrai-se que o Paciente foi preso preventivamente em 23/10/2018 e a audiência de instrução e julgamento está designada para o próximo dia 11/02/2019.

18 - Percebe-se, portanto, que o feito tramita em prazos razoáveis, inexistindo mora que possa ser atribuída à Autoridade apontada como coatora.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo

singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Jorge Mussi

Relator

